



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio			
Título:	Reunião Extraordinária N. 3			
Local:	MAPA, Ed Sede, Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250			
Data da reunião:	29/06/2016	Hora de início:	09:17	Hora de encerramento: 12:33

Pauta da Reunião

09:00h - Abertura (Palavra do Presidente)

09:10h Avisos:

- Avisos da Secretaria

- Avisos da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

09:20h - Agenda Estratégica da CTLOG - Consolidação

10:20h - Programa de Parceria de Investimentos - MPV 727/2016 - Avaliação e propostas da CTLOG

13:00h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	ACST/MAPA	PR	
3	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	
4	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
5	ANNA JULIA PORTZ	ABPA	PR	
6	DENISE DECKERS DO AMARAL	ABRAPOS	PR	
7	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
8	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR	
9	JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO	ANTAQ	PR	
10	FERNANDO SIMÕES PAES	ANTF	PR	
11	IANA ARAÚJO RODRIGUES	ANTT	PR	
12	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
13	GUILHERME OLIVEIRA BRAGA	CDP	PR	
14	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
15	JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DIAS	CNI	PR	
16	JÉSSICA FILARDI MILKER FIGUEIREDO	CNT	PR	
17	ÁDBON JOARES DA SILVA DIAS	EPL	PR	
18	NILSON HANKE CAMARGO	FAEP	PR	
19	MIGUEL RUBENS TRANIN	FNS	PR	
20	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
21	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR	
22	LUZENILDO ALMEIDA DE SOUSA	MTPAC	PR	
23	PAULO FERNANDO AMORIM DE CAMPOS	OCB	PR	
24	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	
25	IVAN AMÂNCIO SAMPAIO	SINDIVEG	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

26	LUÍS FERNANDO RESANO	SYNDARMA	PR	
27	ALEX AUGUSTO SANCHES TREVIZAN	VALEC	PR	
28	FABIANA BARBOSA	ABTP	PR	
29	MARCELLA CUNHA	ANTF	PR	
30	JOSÉ DA SILVA SANTOS	ANTT	PR	
31	VICTOR DE FREITAS SILVA	APROSOJA	PR	
32	LEONARDO M. R.	APROSOJA	PR	
33	JOÃO ARTHUR MOHR	FIEP/PR	PR	
34	KAROLINA KAPKO	JORNALISTA	PR	
35	CÉLIO L. PAULO	MDIC	PR	
36	VINICIUS DIAS SILVA	PATRI	PR	
37	OTTO LUIZ BURLIER	SPA/MAPA	PR	
38	RAFAEL LAPA	TCU	PR	
39	PAULO P. GUERRA NETO	TCU	PR	
40	LEOBINO ARAÚJO	Umbelino Lôbo	PR	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Abertura: a 3ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio foi aberta às nove horas e dezessete minutos do dia 29 de junho de 2016, na Sala de Reuniões nº 250, 2º andar do Ed. Sede, MAPA, Brasília/DF, pelo Presidente Edeon Vaz que agradeceu a presença de todos

Avisos da Secretaria e da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas: o Presidente agradeceu a presença da Chefe da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – ACST e passou a palavra a Sergio De Marco, Assessor do Ministro Blairo Maggi. Sergio cumprimentou a todos, se apresentou e disse que veio para o Ministério no intuito de cooperar e formar um elo entre o Ministro e as Câmaras. Ressaltou que o Ministro tem a intenção de valorizar as Câmaras e desburocratizar os processos. Para finalizar informou que o Ministro realizará reuniões com os Presidentes das Câmaras e se colocou à disposição de todos. O Presidente agradeceu e afirmou ao Sergio que o seu trabalho será de grande valia. Informou que o Secretário Carlos Alberto Nunes Batista não pode estar presente à reunião devido à compromissos assumidos anteriormente e agradeceu a presença do Diretor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento – Dilog, Otto Luiz Burlier. Não havendo avisos da Secretaria, o Presidente propôs a inversão dos temas da pauta e todos concordaram.

Programa de Parceria de Investimentos - MPV 727/2016 - Avaliação e propostas da CTLOG: o Presidente convidou Luis Henrique Teixeira Baldez, representante da Associação Nacional dos usuários do Transporte de Carga -ANUT, para proceder com a sua apresentação referente à MPV 727/2016. Baldez iniciou falando que os pressupostos da MPV atendem aos anseios do setor e apresentou um contraponto entre a Medida Provisória e os modelos possíveis para rodovias e ferrovias. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu a Baldez



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

pela excelência da apresentação e abriu a palavra aos membros para considerações e questionamentos. José Ribamar Miranda Dias, representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI, realçou a propriedade com que Baldez abordou o assunto e disse que talvez, as propostas precisem de tempo para serem analisadas e discutidas. Falou que para a implementação das propostas o Governo precisará estabelecer a hierarquia dos atores envolvidos nesta matéria. Falou ainda, do planejamento de longo prazo que é instituído pela Constituição Federal. Citou o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT e o Plano Nacional de Viação – PNV, que precisam ser atualizados, entretanto não tem conhecimento do seu andamento. Finalizando a sua intervenção, solicitou mais alguns dias para estudar e enriquecer a proposta apresentada. O Presidente esclareceu que foi sancionada, no primeiro ano de mandato da Presidente Dilma Rousseff, a lei que muda o PNV para Sistema Nacional de Viação – SNV. Entretanto, devido a muitos erros no anexo, ele foi vetado. Afirmou que quando se promulga uma Lei com seu anexo vetado, ela perde a sua finalidade. Informou que foi feita uma proposta pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados de colocar esse assunto em discussão ainda esse ano. Referente ao PNLV o Presidente relatou que ele está sendo atualizado pela Empresa de Planejamento e Logística - EPL com uma nova nomenclatura, Plano Nacional de Logística Integrada – PNLI. Disse ainda, que está agendando uma reunião com a EPL para discutir o plano. Dito isso, passou a palavra ao Senhor Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Fayet cumprimentou Baldez pelo seu trabalho e mostrou a sua preocupação em saber como será operacionalizada a participação da Câmara e do setor nos grupos de trabalho do Governo que discutem essa questão e na análise das emendas apresentadas à MPV. O Presidente falou que até o momento existem cerca de 450 emendas apresentadas. Jéssica Filard Milker Figueiredo, representante da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, informou que houve uma proposta por parte da CNT de incluir seis conselheiros da sociedade civil nos Grupos Temáticos que irão debater a Medida Provisória, nos moldes do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - Conit. Esses conselheiros poderiam ser indicados entre os representantes dos usuários, dos transportadores e as empresas de infraestrutura e logística. Destacou que na apresentação feita por Baldez, foi dito que 90% do transporte de cargas é feita através de rodovias, entretanto, a matriz trabalhada atualmente na CNT apresenta um número em torno de 60% e que é importante se observar a mudança de competências nas rodovias quando se fala de pavimentação. Baldez respondeu que os 90% usados na apresentação não levam em conta o minério de ferro da Vale e questionou se essa proposta de representação civil no conselho do PPI já foi formalizada. Jéssica explicou que essa é uma proposta que foi debatida pela CNT a partir da apresentação realizada na última reunião da CTLOG para ser apresentada à Câmara. Baldez falou do Fundo de Apoio do BNDES que precisa ser regulamentado, mas disse não saber como seria feita tal regulamentação e ressaltou que o Decreto definirá os procedimentos decisórios em virtude do programa. Informou, ainda, que recebeu no dia anterior todas as emendas e que poderia dividir essa informação com a Câmara e propôs elaborar um documento com todas as propostas apresentadas na reunião consolidadas até sexta-feira para encaminhar aos membros para análise e posicionamento. Fayet fez uso da palavra e falou em relação ao setor portuário, ressaltando que ele está enquadrado na MPV em toda a sua amplitude. Observou que há uma grande divisão no setor portuário, os portos organizados e terminais privados conhecidos como TUPs, destacando que é necessário observar essas duas dimensões no planejamento. Com relação aos terminais privados, afirmou que é necessário o cumprimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

da Lei nº 12.815/13 que estabeleceu a definição das poligonais e que seria importante que a CTLOG reitere essa solicitação junto ao Ministro Blairo Maggi. Quanto as licitações, observou que o problema é mais complexo, pois, esbarra na gestão que é caótica na maioria dos portos. Relatou que a maioria dos portos não possui o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ e sem ele não há como iniciar as licitações e aqueles que possuem, estão enfrentando obstáculos por razões operacionais dentro da Secretaria de Portos - SEP e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq. Para tentar reverter esse problema, Fayet informou que foram realizadas reuniões com a SPP e que a Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP fez um documento que foi a base para essa discussão. Sugeriu que caberia à CTLOG provocar a revisão dos editais e das minutas de prorrogação dos contratos. Outro problema relatado foi o de governança, citando que com a antiga legislação, existia um instrumento de gestão chamado Conselho de Autoridade Portuária – CAP, que tinha o poder deliberativo. Finalizando falou que é importante rever a relação trabalhista e a automatização dos portos e que paralelamente à MPV 727 é preciso trabalhar estas questões. Denise Deckers do Amaral, representante da Associação Brasileira de Pós-Colheita - Abrapós, solicitou a palavra e questionou qual o prazo da CTLOG para apresentar as propostas à MPV 727 e falou que mais importante do que assegurar a participação da sociedade civil nos conselhos é regulamentá-los e fazer com que funcionem. Almirante Ribamar parabenizou Fayet pela precisão das questões apontadas e disse acreditar que elas devem ser incorporadas à proposta da MPV, pois não solucionar apenas os problemas ferroviários e rodoviários, deixando os portos de lado, não resolve os gargalos da logística. Relatou que no dia anterior, em uma reunião da CNI, o Conselho Superior de Infraestrutura - Coinfra deliberou que atuará neste assunto através de uma proposta de transferir a administração portuária ao setor privado, instituindo um programa piloto para fazer uma experiência privatizante do sistema portuário brasileiro. O Presidente falou que esse tema é complexo e que é preciso fazer uma reflexão para que a CTLOG se posicione. Guilherme Oliveira Braga, representante da Companhia Docas do Pará - CDP, ressaltou a importância de haver equilíbrio entre a administração privada e pública. Disse que em sua opinião, a nova legislação piorou alguns aspectos do setor, citando o caso do Órgão de Gestão de Mão-de-Obra – Ogmo, destacando que atualmente uma Companhia Docas não tem nenhuma razão de ser uma Sociedade de Economia Mista com Conselhos e Diretoria porque os poderes estão concentrados na SEP, que não tem estrutura para abarcar esta situação. Falou ainda, que é fundamental que o Conselho de Autoridade Portuária - CAP volte com a sua função de conselho deliberativo, porque ele traz agilidade na tomada de decisões e afirmou que a curto prazo é essencial se rever urgentemente a questão da tarifa, fazendo que isso vire um modelo de negócio. Respondendo ao questionamento da Denise Deckers, Baldez informou que a MPV é do dia 12 de maio e que o prazo é de 90 dias, mas existe um prazo para trancamento de recebimento de propostas do qual não tem conhecimento. Marcella Cunha, representante da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários - ANTF, explicou que o prazo é de 60 dias, prorrogável por igual período e que o trancamento ocorre no 48º dia. Disse, ainda, que a sua preocupação é que o prazo para apresentação de emendas na Comissão Mista já foi encerrado e em breve eles apresentarão um relatório. Após isso ela será analisada pelo Plenário das duas casas, momento em que será possível apresentar emendas parlamentares, o que é mais complexo. Outra alternativa, segundo Marcella, seria via Executivo através do Ministro na regulamentação por Decreto. Roberto Carsalade Queiroga, representante da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - Acebra, sugeriu que se trabalhe junto ao Relator da



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Comissão Mista, o que poderia facilitar. Baldez ressaltou que a CTLOG não pode perder esta oportunidade e reafirmou que até sexta-feira enviaria ao Presidente um documento com a proposta consolidada para ser compartilhado com os demais membros, com prazo para manifestações e contribuições. Todos concordaram e o Presidente afirmou que o documento seria enviado na sexta dia 01 de julho e estabeleceu o prazo para análise e manifestações até o dia 08 de julho. Após esse prazo, o documento seria enviado ao Ministro para os devidos encaminhamentos. Solicitou, também, que Fayet faça as propostas para o setor portuário no âmbito da MPV 727 para serem enviadas aos membros. Fayet concordou e observou que a CTLOG dará o seu posicionamento, mas que as entidades também podem se manifestar de forma individual. Jéssica questionou se a CNT poderia ter acesso ao documento final que for encaminhado ao Ministro para saber se as proposições foram aceitas. O Presidente respondeu que sim e que a partir de agora, todos os documentos encaminhados pela CTLOG serão enviados aos membros para conhecimento. Baldez falou que a CTLOG precisa realizar um debate sobre o assunto apresentado pela CDP e sugeriu que ele fosse pautado oportunamente. Fayet apoiou a sugestão. O Presidente propôs, devido à importância do assunto, a criação de um Grupo de Trabalho que poderá discutir inclusive uma proposta para alteração da Lei dos Portos. Todos concordaram e o grupo foi formado por: José Ribamar Miranda Dias - CNI, João Arthur Mohr - FIEP, Luis Henrique Teixeira Baldez - Anut, Guilherme Braga - CDP, Fabiana Barbosa - ABTP, Luiz Antônio Fayet - CNA, Marcella Cunha - ANTF, Paulo Fernando Amorim dos Campos - OCB, Jéssica Milker - CNT, com a coordenação de Luiz Antônio Fayet.

Agenda Estratégica da CTLOG – Consolidação: o Presidente falou da elaboração da Agenda Estratégica da CTLOG pelo grupo de trabalho. Relatou que ela foi enviada aos membros para análise e considerações e que na medida do possível, as propostas recebidas foram incorporadas. Diante disso o Presidente apresentou o texto final da AE e abriu a palavra aos membros para discussão e aprovação final. Luís Fernando Resano, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – Syndarma, solicitou a palavra e fez uma observação no item Navegação, tema “Cabotagem e Navegação Interior”. Disse que considera perigoso propor uma reformulação no sistema legal e que em sua opinião é importante ser mais objetivo, pois o texto passa uma ideia de reformulação total e isso pode gerar instabilidade e insegurança jurídica. Referente ao AFRMM, falou que a sua proposta é que a reestruturação deve ser apenas do uso e não da fonte. Fayet disse que a preocupação da mudança na legislação da cabotagem é para separar a navegação de Cabotagem da Construção Naval, para que a Cabotagem tenha isonomia de custos com a navegação de Longo Curso. Ressaltou que o grupo de trabalho que será criado para discutir esse assunto não terá como trabalhar todos os normativos. Em relação ao AFRMM, falou da sua experiência no setor financeiro e no governo e destacou que a ideia é que se tenha uma unificação dos fundos que tenham a mesma finalidade. O Presidente observou que o que está sendo apresentado é uma ação para constar na AE e não é uma proposta definitiva da CTLOG. Resano esclareceu que a Lei nº 9.432, que é a lei mestra da navegação não tem vinculação com a construção naval e é fundamental que ela seja mantida. Diante disso, reafirmou que a sua proposta é que não se coloque reformulação do sistema legal em geral. Guilherme propôs substituir o trecho “em geral” por “no que couber”. O Presidente solicitou que Resano lesse a sua proposta de redação para colocar o assunto em votação. Resano propôs que o texto fosse “Propor, com ênfase na cabotagem e navegação interior, isonomia com a navegação de longo curso e com



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

o transporte rodoviário. ” Daniel Furlan Amaral, representante da Associação Brasileira das indústrias de Óleos Vegetais - Abiove, destacou que o ideal é que, em geral, a aprovação dos temas discutidos decorram de consenso, evitando ao máximo decisões por votação, buscando sinergia sempre que possível. O Presidente disse concordar, mas em certas ocasiões como ocorre no presente caso, em que o assunto já foi discutido e não há mais o que debater, o voto é a única alternativa. Após votação e discussão, ficou aprovado o texto “Propor reformulação do sistema legal e normativo de navegação, no que couber, com ênfase na cabotagem e navegação interior (tratamento isonômico com a navegação de longo curso: desonerações tributárias, de importação, formação e contratação de mão de obra). ” Concluindo, o Presidente colocou em votação a proposta do Resano para se retirar a reestruturação da fonte do tema “Cabotagem”. Fayet enfatizou que a CNA é contra o AFRMM e se esse trecho fosse retirado, não permitiria que essa possibilidade fosse discutida. Resano disse que a sua entidade é a favor do AFRMM, listando os motivos. Fayet propôs então, que se coloque a palavra “estudo” antes de reestruturação. Resano disse que aceitaria, entretanto destacou que o agronegócio é um grande beneficiário do Fundo. O Presidente colocou o assunto em votação e ficou aprovada a inserção da palavra estudo no tema “Cabotagem”. Jéssica disse que a CNT é contra a ação proposta para o tema “Concessão” no item “Rodovias” e propôs que a ação a ser proposta seja “Discutir os novos modelos de concessão rodoviária existentes no País, com vista ao melhor atendimento dos interesses dos usuários”. O Presidente colocou o assunto em votação e todos concordaram com a redação proposta pela CNT. Não tendo mais manifestações, o Presidente propôs a todos uma dinâmica para votação dos temas prioritários a serem trabalhados pela CTLOG. Todos receberam adesivos e foram orientados a colar nas ações prioritárias. Após a votação, o Presidente informou que contabilizaria os votos e, posteriormente, informaria aos membros sobre o resultado. Finalizando, informou que na próxima Reunião Ordinária da Câmara, agendada para o dia 03 de agosto, o Grupo de Trabalho responsável pelo abastecimento de milho no Nordeste apresentaria os seus resultados.

Encerramento: o Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais assunto, a reunião foi encerrada às doze horas e trinta e três minutos, e eu Caroline Stephany Inocêncio, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF		
Data da reunião:	03/08/2016	Hora de início:	09:00
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------